

O “PROJETO UNILAB” EM DISPUTA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES DE UMA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

THE “UNILAB PROJECT” IN DISPUTE: ADVANCES AND CONTRADICTIONS OF A UNIVERSITY COMMUNITY

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos¹
Silviana Fernandes Mariz²

RESUMO: O presente artigo analisa a construção e a implementação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) sob o ângulo dos processos políticos que estruturaram a sua comunidade universitária. Como base empírica, utiliza-se de documentos oficiais, de e-mails institucionais, de declarações públicas em redes sociais e da produção intelectual a respeito da própria universidade, além da “observação participante” dos autores na docência, na pesquisa, na extensão e na gestão da Unilab. O objetivo é analisar as potencialidades, as contradições e os dilemas presentes nos processos políticos internos através da interpretação das tomadas de posição de diferentes atores e grupos pelo controle e direcionamento do “Projeto Unilab”.

PALAVRAS-CHAVE: Unilab; comunidade universitária; política; conflitos

ABSTRACT: This article analyzes the process of construction and implementation of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab) from the angle of the political processes that structured its university community. As an empirical base, it uses official documents, institutional e-mails, public statements in social networks and the intellectual production about the university itself, in addition to “participant observation” of the authors in teaching, research, extension and management of Unilab. The aim is to analyze the potentialities, contradictions and dilemmas present in the internal political processes through the interpretation of the positions taken by different actors and groups for the control and direction of the “Unilab Project”.

¹ Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), na Unilab, lotado no curso de Bacharelado em Serviço Social. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Sociologia e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: fvasconcelos@unilab.edu.br

² Professora do Instituto de Humanidades (IH), na Unilab, lotada nos cursos de Bacharelado em Humanidades e Licenciatura em História. Doutora em Educação, Mestra e Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviana_mariz@unilab.edu.br

KEYWORDS: Unilab; university community; politics; conflicts

Introdução

O presente artigo analisa a construção e a implementação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) sob o ângulo dos processos políticos internos à comunidade universitária em constituição, suas coalizões e disputas. Nosso ponto de partida é o questionamento sobre o que levou uma universidade considerada a “menina dos olhos” do movimento negro brasileiro e dos movimentos de esquerda, alcunhada por seus detratores como sendo uma “Unilula”³ - uma universidade dos movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores (PT) e sem qualidade suficiente para se constituir de fato como uma universidade federal -, em dez anos ter passado às mãos, em sua primeira eleição democrática, a um grupo fortemente vinculado à “bancada evangélica”, base política atual do governo de extrema direita do presidente Jair Bolsonaro. O que essa mudança abrupta em seus rumos internos de gestão diz sobre si mesma como universidade?

Para a análise dessa questão, nos concentramos no exame reflexivo da Unilab como comunidade universitária, sua história, seus problemas e desafios. Partimos da premissa principal de que o “Projeto Unilab”⁴ possui diferentes significados fora e no interior de sua “comunidade”, sendo adaptado a diferentes configurações de um campo de disputas entre seus “legítimos portadores” e seus oponentes (BOURDIEU, 2004). Neste campo, entram em jogo o acúmulo de diferentes capitais, redes de coalizão e confronto entre grupos que concorrem pelo discurso legítimo ou autorizado sobre o “Projeto Unilab” e pelo controle do seu desenvolvimento institucional. Navegaremos, portanto, entre narrativas encantadas e críticas sobre a instituição para

³ Termo utilizado para se referir às universidades fundadas nos governos do PT. Rodrigo Constantino e Marco Antônio Villa popularizaram o termo na internet e na TV. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=M2UaAEWKE-s;>
<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/professora-e-intimidada-na-unilula-por-comunistas/>

⁴ “Projeto Unilab” é uma expressão comumente utilizada na comunidade universitária entre aqueles/as que se reivindicam portadores/as da essência do projeto inicial da universidade frente a gestões que teriam a intenção de destruí-lo.

compreender o que está em jogo nos significados da Unilab para os diferentes grupos que a disputam. Cabe, nesse sentido, indicar a quem nos lê sobre onde nos inscrevemos socialmente no contexto.

Ingressamos na Unilab nos anos de 2014 e 2016. Dada a nossa formação e trajetórias prévias, na educação e na pesquisa, estivemos desde o início alinhados a temas e movimentos críticos ligados à superação de desigualdades de gênero, raça e classe. Nosso empenho se traduziu na tentativa de criação de uma política de direitos humanos, de mediação e de trâmite de conflitos na Unilab; na atenção ao contexto de insegurança pública local; nas discussões dos coletivos feministas e mesmo em manifestações cívicas, no caso de violência policial em Acarape, e protestos contra decisões orçamentárias na gestão do quinto reitor *pro tempore* (2017-2018).

Nossa experiência com a dinâmica da política universitária propriamente dita, no entanto, só veio a se realizar com maior densidade a partir da gestão do sexto reitor *pro tempore* (2018-2020) que foi desalojada em razão do edital Prograd/Unilab n.º 29/2019 para ocupação de vagas ociosas em cursos de graduação destinado a travestis e transexuais, doravante referido apenas como Edital de Trans, conforme assim ele se popularizou. Embora não fôssemos organicamente ligados à gestão, compúnhamos uma minoria de docentes que não adotou um posicionamento de oposição frontal e exerceu diálogo crítico, para o que contribuiu o fato de nossa amizade prévia com o então pró-reitor de graduação⁵.

Ao refletir sobre os erros e acertos de nossa posição à época, traçamos o enquadramento deste ensaio, buscando não recair em um simples relato revanchista, mas analisar as questões com maior distanciamento. Para isso, essenciais foram as reflexões de Pierre Bourdieu (1988) acerca dos dilemas da sociologia crítica e reflexiva feita sobre o próprio universo social. Em trabalhos desta natureza, é comum que as análises sejam interpretadas de modo superficial e leviano, arriscando mesmo serem comparadas a “fococas de bastidores”. Para minimizar essas incompreensões e garantir certo controle

⁵ Foi a seu convite que um de nós passou a integrar a equipe da Prograd.

teórico, Bourdieu aposta no processo de objetivação tanto do objeto de pesquisa quanto do próprio sujeito de pesquisa, permitindo, assim, que seus pressupostos e vieses de análise sejam distinguidos.

A objetivação de si mesmo e de seu próprio campo não se faz pela simples construção de uma narrativa que alterne descrição com relatos afetivo-emocionais particulares ao/à pesquisador/a; pois, “a construção do campo de produção, [...], implica uma ruptura com as objetivações autoindulgentes e ingênuas sobre suas próprias fontes” (BOURDIEU, 1988, p.xvi). Por sabermos, então, que este não seria um estudo laudatório e complacente com os processos políticos da Unilab, fomos tomados pelo desejo de escapar dos mal-entendidos que o presente estudo pode suscitar. Na tentativa de evitar que nossas análises fossem interpretadas como algum tipo de ataque pessoal, rebeldia extravasada, inveja incontida ou ressentimento recolhido, buscamos ao máximo escapar de um estudo que contemplasse uma narrativa em que nomes fossem mais importantes do que os próprios processos analisados. Neste estudo, os atores são analisados não como “sujeitos empíricos”, mas como “sujeitos epistêmicos”⁶ (Idem, p. 21-35), a partir do campo de forças e disputas internas de poder na universidade e em como ele vem se constituindo e interferindo na construção da Unilab como uma comunidade universitária e em sua cultura política.

Assim, este exercício de auto objetivação nos permitiu acessar as redes de disputa de poder na Unilab e também, por um lado, refletir sobre como chegamos a ser envolvidos em embates e conflitos; e, por outro, enxergar tanto a posição que ocupávamos antes e a que ocupamos agora (no limbo da configuração de grupos e redes que disputam se consolidar na hierarquia de posições de poder da universidade), quanto identificar as conexões entre os diferentes alinhamentos e as respectivas posições de disputa de poder. As

⁶ Por essa razão, substituímos os nomes dos/as envolvidos/as por números romanos para referir a quem chefiou a reitoria e números romanos seguidos por letras minúsculas do alfabeto português para quem ocupou a vice-reitoria. Até o momento, sete gestões se revezaram na reitoria da Unilab: I-Ia (2010-2013); II – IIa (2013-2014); III – IIIa (2015-2016); IV (2017); V - Va (2017-2018); VI – VIa (2018-2020); VII - VIIa (2020-). Após aprovação do Estatuto pelo MEC e eleições, VII - VIIa foram eleitos. Em 2016, houve uma consulta informal, mas, por não dispor ainda de Estatuto, ela não foi validada.

compreensões construídas e apresentadas são resultado de um intenso exercício de análise dos processos políticos internos na Unilab, cuja melhor imagem parece ser a analogia jocosa expressa por um colega quando disse que “a Unilab hoje é o retrato de Pinochet abraçado com Che Guevara”.

Adicionalmente, as reflexões de Bourdieu (1988) também nos auxiliaram a ir além da análise de discurso, extrapolando-o e passando a incluir a análise dos vários contextos que lhe são circundantes. Documentos oficiais, comunicações internas e a produção intelectual a respeito da própria universidade, foram situados diacronicamente, como expressão de tomadas de posição na tarefa de *dominação política*⁷ no interior da Unilab.

Dividimos o texto em três seções: na primeira, delineamos os contornos gerais da história da Unilab e analisamos depoimentos e artigos que permitem introduzir a dinâmica do processo político inerente à constituição da comunidade acadêmica da Unilab como um campo de disputas. Na segunda, analisamos as diferentes redes de coalizão, reunindo professores/as, estudantes e técnicos, na disputa pelo controle da direção da universidade. Na terceira, abordamos o período mais recente de disputa política na Unilab, a partir da crise gerada pelo Edital de Trans até a posse do pastor-professor VII e sua posterior eleição que reconfigurou de maneira surpreendente as relações entre discurso e prática dos/as que compõem esta comunidade universitária. Ao longo de todo o texto, consideramos como diferentes clivagens discursivas (brancos/as x negros/as; africanos/as x brasileiros/as; tecnocratas x democráticos) são instrumentos taticamente utilizados na coalizão entre diferentes grupos para legitimar ou deslegitimar posições. Por fim, ensaiamos conclusões e questionamentos para futuras reflexões.

O “Projeto Unilab”: história e depoimentos

O projeto de criação da Unilab foi lançado em 2008 e seu efetivo funcionamento ocorreu quase três anos depois, em 2011. Situada em cidades do

⁷ Como governo ou empresa política baseada em autoridade legítima, na probabilidade de obediência a ordens, no controle da distribuição de postos e na administração das sanções (WEBER, 1999).

interior do Ceará e da Bahia, a Unilab tem como público estudantes de áreas periféricas do Nordeste brasileiro e dos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No seu projeto, ela se inspira nos princípios da integração cultural e da interculturalidade; da interiorização e da internacionalização; da decolonialidade, do antirracismo, do antissexismo e dos direitos humanos (BARBOZA, 2020). Ela é o resultado da combinação de uma teia de demandas internas e externas que contribuíram para a formação de um conjunto de políticas públicas nacionais adotadas a partir do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Entre as demandas domésticas, destacamos aquelas pleiteadas pelos vários movimentos sociais, vinculados direta ou indiretamente ao que se convencionou chamar simplesmente de “movimento negro brasileiro”, e que deram origem a um conjunto mais amplo de uma nova rede legal instituída com o objetivo principal de atender uma agenda de reivindicações políticas e sociais⁸. A criação da Unilab, sem dúvida alguma, se situa nesse contexto de avanço de conquistas sociais e políticas.

Como expressão de demandas internacionais, a sua implantação se coloca como um dos principais móveis de concretização, de viabilização e de visibilidade do interesse do governo brasileiro em se inserir de modo efetivo no circuito maior das chamadas políticas de Cooperação Sul – Sul, cujas ações vêm se desenhando desde a década de 1960 e envolvendo diversos países dos continentes asiático, centro-sul-americano e africano, em especial os da CPLP⁹.

Além desses dois aspectos, importa ressaltar que a criação da Unilab não se constituiu em um projeto político educacional isolado. A partir de 2005, houve a criação de várias universidades cujas finalidades e atribuições extrapolavam a dimensão do desenvolvimento científico e passaram a trazer a missão de promover o desenvolvimento local e regional; a democratização do conhecimento científico de modo horizontalizado; o reconhecimento e a

⁸ Destacam-se a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003; a aprovação da lei que institui o ensino da História e da Cultura da África e dos Afrodescendentes; e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010.

⁹ Para compreender a relação entre universidades brasileiras e cooperação sul-sul, cf. MARIZ, 2020.

aproximação junto aos saberes locais e comunitários; e, uma ênfase não apenas na docência ou na pesquisa, mas, sobretudo na extensão, envolvendo comunidades circunvizinhas.

O interesse em promover a interiorização da rede de universidades federais se expressa, portanto, na escolha dos locais de instalação dos *campi*. No caso específico da Unilab, malgrado o pouco desenvolvimento de sua economia e de sua infraestrutura, Redenção, no Ceará, foi escolhida para sediar o *campus*-matriz, pelo simples fato de ela ser considerada a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão. São Francisco do Conde, na Bahia, por sua vez, também com graves problemas estruturais, foi escolhido por ser o município com a maior população autodeclarada negra do país. Apesar das especulações que apontam para acordos políticos nacionais-regionais entre o PT e os partidos locais no Ceará e na Bahia, esta é a narrativa oficial que vingou; além daquela que sustenta o interesse genuíno do governo do PT em expandir e interiorizar a oferta de cursos de educação superior no Brasil.

Passados pouco mais de seus dez anos de funcionamento, ela se tornou também objeto de estudo. Em levantamento preliminar, foi possível identificar uma série de publicações que traz a Unilab como objeto de estudos a partir de diferentes abordagens¹⁰. De modo geral, no entanto, o que se observa é que a maioria das pesquisas e reflexões, apesar de sinalizar para alguns dos descompassos existentes entre os propósitos discursivos e a realidade da instituição, não consegue ir além da superfície da dinâmica política interna à Unilab.

Nesse sentido, são exemplares os depoimentos de dois ex-reitores *pro tempore* da instituição presentes no livro *Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas* (LIMA et al, 2021). O primeiro depoimento é de I, presidente da Comissão de Implantação da universidade (2008-2010)¹¹ e primeiro reitor *pro tempore* da Unilab (2010-2013). Sua narrativa descreve o “Projeto Unilab” como sendo ambicioso, assinalando, por exemplo, a intenção de oportunizar aos

¹⁰ Para uma síntese, cf. MONTEIRO, 2021; LIMA, 2021.

¹¹ A Comissão foi composta por dezesseis representantes de entidades públicas governamentais e de universidades. Cf. SPELLER, 2020.

estudantes a possibilidade de dupla ou mesmo tripla titulação, com a emissão de diplomas com abrangência intercontinental; além de destacar as expectativas, até hoje não realizadas, em relação à expansão física da universidade através da criação de *campi* projetados em uma perspectiva residencial para estudantes e docentes.

Com uma visão encantada sobre a Unilab, I pouco revela sobre as dinâmicas das negociações acerca da elaboração do Estatuto produzido na época e tampouco menciona quais foram os encaminhamentos para a sua aprovação pelo Ministério da Educação (MEC). Ao contrário, ele se omite de oferecer um efetivo e realista balanço das lacunas presentes nos trabalhos da Comissão de Implantação, responsáveis por legar à universidade gestões *pro tempore* herdeiras de enormes dificuldades e conflitos em decorrência da ausência daquilo que é considerado condição incontornável para a construção, de fato, de uma cultura democrática em uma universidade. Após seis anos à frente da Comissão de Implantação e da primeira gestão superior, I entregou à comunidade acadêmica em formação uma universidade sem Estatuto aprovado pelo MEC e sem a real possibilidade de vir a realizar eleições para a escolha de seus próximos dirigentes.

O segundo depoimento é do ex vice-reitor *pro tempore*, IIIa, que ficou, durante o ano de 2017, no exercício da reitoria por, aproximadamente, seis meses, após a saída do “verdadeiro” reitor *pro tempore*, III (2015-2016) – último a ter sido indicado pelo PT para assumir a condução da Unilab. Ao situar as diferentes gestões *pro tempore*, o relato de IIIa cobre uma ampla temporalidade em que detalha nuances dos processos políticos e institucionais da implementação da universidade, além de assinalar as crises advindas com o golpe que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e as medidas de austeridade orçamentária implementadas por Michel Temer (MDB).

Apesar de mencionar que o período é marcado por protestos contra a precarização das universidades federais durante o governo Temer, IIIa, no entanto, não esmiúça os processos políticos internos e externos de uma universidade que, àquela altura, 2017, se encontrava encerrando a sua terceira

gestão *pro tempore* e prestes a repetir o mesmo ciclo dado o fato de continuar sem Estatuto aprovado pelo MEC e, portanto, sem reais expectativas de realização de eleições para a reitoria. O diferencial era que, a partir de então, sob um governo ilegítimo e adverso às pautas populares.

Os dois relatos são expressão de um modo de analisar a Unilab que acaba por perder a dimensão mais profunda dos meandros de sua política interna, interditando uma compreensão mais densa de suas dinâmicas como comunidade política. E assim como eles, tantos são os artigos que, embora indicando desafios e obstáculos a serem superados, tomam as expectativas do “Projeto Unilab” como se fossem realidade consumada e em curso; quando, na verdade, até hoje, em grande parte, não passam de expectativas. Poucos são os estudos sobre conflitos políticos no interior da comunidade acadêmica da Unilab, apesar do abundante material na forma de declarações em redes sociais, e-mails, imprensa e documentos oficiais.

Alguns estudos tentaram avançar mais nesse sentido, a exemplo de *Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional: caso da UNILAB* (MALOMALO, 2018). Nele, o autor analisa manifestações públicas dos agentes da comunidade acadêmica da Unilab, principalmente docentes e discentes que pressionaram as quatro gestões superiores de 2013 até 2018. Seu principal ponto de análise é o da falta de representatividade de africanos/as (estudantes, mas sobretudo técnicos e docentes), na Unilab, em termos quantitativos e de ocupação de espaços de gestão e de decisão.

Malomalo destaca três explicações para esta realidade: a primeira, o racismo de cariz xenofóbico, tanto da parte de brancos/as, como de negros/as brasileiros/as; a segunda explicação diz respeito ao “quadro de precariedade”, não só por falta de dinheiro, mas pela vigência de uma “cultura do improvisado” característica do “jeitinho brasileiro”, agravada por um contexto de “colonialidade racializada”; e, a terceira explicação é o uso da Unilab a partir de interesses político-partidários, em seus próprios termos: “a UNILAB tem sido usada pelos governos petistas como instrumento de propaganda para assegurar o poder do PT em nível nacional e internacional” (MALOMALO, 2018, p.84).

Temos algumas ressalvas acerca desse diagnóstico que, além de ser um retrato dos processos políticos da Unilab, se constitui também como expressão interessada de uma tomada de posição a favor da conquista de poder por parte dos/as docentes africanos/as. Sem abordar, em nenhum momento, os problemas de convivência e conciliação internamente a este grupo, cujos integrantes são oriundos/as de diferentes tradições disciplinares, políticas e nacionais, Malomalo (2018) resume a complexidade dos conflitos na denúncia do racismo. Embora seja uma realidade, há dúvidas sobre sua centralidade explicativa no contexto interno de disputas dentro de uma microestrutura de poder tão fraturada e marcada pela escassez de benesses traduzidas na forma de códigos de gratificação de cargos como é o caso da Unilab. Além disso, resumir o campo de forças e disputas políticas a um confronto entre “interesses particulares, corporativistas e partidários” contra um movimento de oposição *virtuosamente* democrático conduz a certos reducionismos.

Contudo, vale ressaltar, a leitura de Malomalo (2018), acerca das divisões entre grupos, é um bom ponto de partida para a compreensão dos contornos da comunidade universitária e dos processos políticos na Unilab. Acreditando ser a divisão entre grupos bem mais complexa, desenvolvemos, na próxima seção, nosso próprio entendimento da configuração de grupos e redes em coalizão e disputa.

Campo de disputas e redes de coalizão na Unilab

Com base nos estudos e depoimentos analisados, e em nossa experiência, esboçamos o seguinte quadro de disputas entre diferentes redes que, paulatinamente, constituíram consciência de si a partir das unidades e dos conflitos de interesse e da agregação de novos/as componentes, entre docentes, técnicos e estudantes, ao longo dos primeiros dez anos da Unilab. Antes, contudo, é preciso destacar que a constituição dessas redes não é fixa e nem permanente. Formadas a partir de arranjos e alianças políticas que se reorganizam desde interesses particulares e coletivos, essas redes de coalizão na Unilab, ao longo de seus dez anos de existência e conforme mostraremos a seguir, são marcadamente dinâmicas, maleáveis e porosas, a ponto de

chegarmos ao cenário atual com a escolha por votação de todas as categorias (docentes, TAES e estudantes) de um reitorado alinhado, política e ideologicamente, ao governo federal de Jair Bolsonaro.

- Uma **primeira rede**, composta pela coalizão entre aliados/as do PT e de partidos e movimentos de esquerda, principalmente do movimento negro brasileiro, hegemônica desde a fundação da Unilab até 2016, e cuja principal base de recrutamento e mobilização costumavam ser os Institutos de Humanidades e Letras (IHL), no Ceará e na Bahia¹², e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

- Uma **segunda rede** formada principalmente por brasileiros/as, cearenses, que se consolidou a partir da experiência na administração da universidade, sem, no entanto, possuir forte inserção em movimentos sociais ou político-partidários, e cuja principal base de recrutamento e mobilização eram o Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS), o Instituto de Ciências da Saúde (ICS), o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) e o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN).

- Uma **terceira rede**, de africanos/as, anteriormente alinhada à primeira, mas que se autonomizou a partir das eleições para a reitoria atual (2020-), quando entrou em aliança com uma **quarta e última rede**, composta por brasileiros/as, cuja base de recrutamento e mobilização é o Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) e que possui vínculos político-ideológicos com o governo Bolsonaro, especialmente a partir da “bancada evangélica” na Assembleia Legislativa do Ceará, na Câmara de Deputados Federais e no MEC.

¹² Em agosto de 2018, foi oficializado o seu desmembramento em três institutos: o Instituto de Humanidades e Letras (IHL), na Bahia; e os institutos de Humanidades (IH) e de Linguagens e Literaturas (ILL), no Ceará. Enquanto o ILL veio a se tornar a principal base para a formação da aliança e gestão da chapa VII – VIIa; o IHL e o IH se mantiveram, de modo geral, aliados. No entanto, em razão de nossa vivência na Unilab se restringir ao Ceará, não temos condições de analisar em detalhes a participação do IHL nas redes de coalizão e no campo de disputas aqui traçado.

As duas primeiras redes protagonizaram a maior parte das disputas centrais ao longo da história da Unilab. Inicialmente, estiveram juntas nas primeiras três reitorias, de 2010 a 2016, mas se dividiram com o crescimento institucional da universidade e com o cenário de instabilidade política que acirrou as disputas. A partir de 2017 e, principalmente, da gestão de V, a rivalidade se consolidou. Mesmo com menos Institutos, a primeira rede detinha o maior quantitativo de docentes e estudantes; enquanto a segunda contou com maior controle sobre a representação com base em Institutos e Pró-Reitorias¹³.

A terceira se estruturou a partir das fissuras internas da primeira e da segunda rede e conquistou autonomia e poder político durante as contestações às gestões de V e de VI. Foi com o apoio desse grupo que, apesar das divisões, a gestão atual de VII conseguiu consolidar uma coalizão de descontentes, unindo-os/as, pragmática ou ideologicamente, em sua base de apoio e em cargos de administração, com as quais se realiza uma competição tácita, aparentemente apaziguada com o fim das eleições em 2020. Esse quadro nos serviu de norte para a recomposição da historicidade dos processos políticos da comunidade acadêmica que se segue.

O início da estruturação da Unilab foi liderado, como indicamos, pela hegemonia da rede do PT e do movimento negro brasileiro, de tal modo que não era incomum certa tensão presente nos processos seletivos para docentes, com demonstrações de descontentamento quando candidaturas negras não obtinham aprovação. Afinal, como uma universidade criada para questionar o eurocentrismo e a branquitude não poderia eleger como prioritários/as docentes negros/as e africanos/as? Contudo, argumentava-se, na época, que a organização de concursos para a docência não poderia se pautar pelo único interesse em assegurar o cumprimento da reserva de 20% de vagas para negros/as em atendimento à lei federal 12990/2014 (BRASIL, 2014), aprovada ainda sob o governo da presidenta Dilma Rousseff e durante a gestão de II como reitora. Diante da acelerada demanda por docentes para a criação de

¹³ Para detalhes sobre o quantitativo de docentes, técnicos e estudantes por instituto da Unilab, cf. [Unilab em Números](#)

cursos, não seria possível prescindir da imediata aprovação e convocação de candidatos/as, independentemente da pertença racial.

Essa questão costuma ser explorada politicamente no cotidiano universitário até hoje, especialmente em contextos de acirramento de conflitos, quando, não poucas vezes, denúncias contra os privilégios da branquitude são expostas nos e-mails institucionais, gerando correntes de solidariedade, em um gesto também ritual e político de reforço do sentimento de união. Contudo, apesar deste uso político das acusações de racismo, alianças e acordos envolvendo negros/as (brasileiros/as e africanos/as) e brancos/as na Unilab sempre ocorreram desde o início do projeto da Unilab, como foi caso da própria II, brasileira negra, que teve como vice-reitor IIa brasileiro branco¹⁴. A transformação do tema racial em questão política quando não emerge de situações urgentes de violência, parece ser operada quando das disputas por postos no interior da universidade.

Sendo assim, entendemos ser as acusações de racismo, no contexto específico da Unilab, um instrumento utilizado não apenas na denúncia de injustiças, mas também taticamente para o silenciamento e a desqualificação de oponentes, acionado como tomada de posição frente a projeção política de concorrentes disputando as mesmas oportunidades e posições de visibilidade e poder. Outro exemplo advém do fato de o maior período de contestações racializadas ter ocorrido após a posse de V, quando o controle da universidade recaiu na influência de outro grupo não mais indicado pelo PT. Mesmo que as Pró-Reitorias continuassem compostas, em geral, pelos mesmos nomes desde o início da implementação da Unilab, as gestões de V e do seu sucessor foram acusadas de racistas por serem compostas somente por brancos/as – apagando, assim, pertenças raciais específicas de gestores/as em nome de uma imagem condenatória da branquitude.

Foi este quadro de pessoal - um tanto quanto afastado de relações político-partidárias e de movimentos sociais, de maioria cearense e considerada

¹⁴ IIa, ao se candidatar na consulta informal para a escolha de reitor e vice-reitor em 2016, aliou-se com a uma docente africana que agora compõe a gestão VII – VIIa, já tendo sido ex pró-reitora de administração, mas atualmente pró-reitora de graduação.

branca - que acumulou relativa *expertise* administrativa desde a gestão de I e que finalmente ascendeu aos cargos mais altos na hierarquia administrativa da universidade após a saída de V, como é o caso de VI e VIa. Em nossa análise, o descontentamento com a longa duração deste quadro de pessoal na administração da universidade, em conjunto com a perda de posições-chave, relaciona-se diretamente à última onda de protestos da comunidade acadêmica que levou ao desalojamento dos cargos e a consequente chegada ao poder na universidade do atual grupo evangélico alinhado ao governo de Jair Bolsonaro.

Diante do cenário político nacional, com os governos Temer e Bolsonaro, o controle do “Projeto Unilab” dependeria da efetiva resolução de uma questão crucial: a aprovação do Estatuto pelo MEC e a realização de eleições. Esse controle estava agora nas mãos de um quadro relativamente autônomo em relação às redes fundadoras, ligadas ao PT e ao movimento negro brasileiro, e que poderia, então, moldar o futuro das relações de poder e do “Projeto Unilab” nos anos seguintes.

A questão do Estatuto e das eleições para reitoria é uma problemática complexa que interroga a comunidade acadêmica desde a fundação da universidade. Em conformidade com o artigo 14 de sua lei de criação, a Unilab deveria ter encaminhado “ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore” (BRASIL, 2010). No entanto, o referido prazo de seis meses foi multiplicado indefinidamente enquanto os governos do PT permaneciam à frente da presidência do país e, assim, durante as três reitorias *pro tempore* sob os governos Lula e Dilma, a aprovação do Estatuto nunca ocorreu pelo MEC.

Entre as justificativas, dizia-se que havia necessidade de reformulações no documento, demandadas pelo MEC ou pela própria comunidade acadêmica. Também era comum ouvir de vários de nossos/as interlocutores/as que havia certo desinteresse em ter o Estatuto aprovado pelo receio de que a realização de eleições para a reitoria passasse a ser exigida e, assim, os grupos tradicionais, que controlavam a gestão superior, viam nisto uma ameaça pelo risco de

derrota. Ao longo das três primeiras gestões *pro tempore* nunca houve, de fato, uma pressão decisiva por parte nem da própria gestão superior e nem da comunidade acadêmica em favor da efetiva aprovação do Estatuto pelo MEC para que as eleições ocorressem¹⁵.

Exemplar desse cenário foi quando, em momento de acirramento da crise política do governo Dilma e sob a anuência do então reitor *pro tempore* III, grupos se mobilizaram para organizar uma consulta informal para reitor (UNILAB, 2016) que acabou por ocorrer em 2016, contando com a disputa entre duas chapas¹⁶ e com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Ceará (Sintufce). Pelo fato de o Estatuto ainda não ter sido aprovado pelo MEC, pré-condição para que a lista tríplice fosse aceita, o resultado foi contestado e, dada a correlação de forças no Consuni, não foi legitimado. As fissuras desse momento, 2016-2017, certamente criaram tensões e indisposições ainda maiores, mas nada parecido com as manifestações ocorridas nas gestões de V e VI. Pressões e protestos aguerridos pela aprovação do Estatuto e pela realização de eleições só passaram a ocorrer, de fato, após a indicação de V à reitoria.

Deste modo, apesar de certa tensão, o intervalo de 2016 a 2017, entre a renúncia do reitor III e a gestão provisória de IV, foi marcado por relativa estabilidade da gestão e do funcionamento burocrático. Com a nomeação de V, ao que consta feita sob os auspícios do grupo político do senador Tasso Jereissati (VERTICAL, 2017), a tensão se avolumou. Antigo quadro técnico dos governos PSDB e professor efetivo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), V era visto como alguém cuja intenção seria a aniquilação do “Projeto Unilab” através de uma gestão com critérios de eficiência neoliberais divorciada dos entendimentos anteriores sobre as prioridades da comunidade acadêmica. A consulta realizada por V sobre o interesse da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em anexar o Campus dos

¹⁵ A exceção parece ter sido um grupo que, de tão minoritário, foi apelidado de Grupo dos Onze, formado por docentes, em sua maioria, do então IHL.

¹⁶ Chapa 1: Brasileiro branco (IDR) Vice: Africano (IEDS); Chapa 2: Brasileiro branco (IIa) (IHL); Vice: Africana (ICSA).

Malês, em São Francisco do Conde, posto que considerado por ele um entrave logístico e orçamentário, foi visto como simbólico dessa intenção.

Em meio às manifestações de estudantes, técnicos e docentes, uma, em especial, exemplifica o elevado grau de tensão. No dia 07 de julho de 2017, enquanto estudantes se reuniam no pátio do *campus* Liberdade e se preparavam para um protesto contra um edital que reduziria a abrangência da concessão de auxílio estudantil e afetaria mais intensamente os/as estudantes africanos/as, V se encaminhou para a saída do prédio, na tentativa de evitar um confronto face a face com os/as manifestantes. Estudantes e docentes ali presentes avolumaram-se na saída do prédio para impedir a entrada do reitor no carro oficial que lhe aguardava. Rapidamente, um tumulto se formou, com acusações mútuas de agressão, e uma pequena multidão cercou o carro oficial, impedindo sua saída. Em uma tentativa de escapar ao cerco, o reitor conseguiu sair do veículo, mas, diante da pressão, abrigou-se no imóvel vizinho à universidade, até que, acionada, a Polícia Militar chegou. Sob escolta, o reitor retornou à Fortaleza, dirigindo-se diretamente à delegacia da Polícia Federal¹⁷ (UNILAB, 2017).

Após esse episódio, V passou a ser visto definitivamente como um inimigo da Unilab, sendo frequentemente alcunhado de fascista e agressor de estudantes. Tamanho desgaste o levou a deixar a reitoria da Unilab em 2018, quando, em finais do mês de agosto, o ex Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Estudantis (2014-2018) e então Pró-Reitor de Planejamento (março-agosto de 2018) foi nomeado como reitor *pro tempore*. Assim, com o acúmulo de experiências nas últimas gestões, o quadro da segunda rede conseguiu autonomia para o comando da universidade, saindo do exercício de Pró-Reitorias para finalmente assumirem a reitoria e vice-reitoria.¹⁸

VI assumiu como legado, além dos conflitos da antiga gestão, a tarefa de atualização e até mesmo criação de regramentos internos da Unilab ainda

¹⁷ Os acontecimentos repercutiram, suscitando notas de apoio e de repúdio. Cf. UFC, 2017; MACHADO, 2017.

¹⁸ De modo igual, a então pró-reitora de graduação, na Unilab desde 2010, ascendeu à função de vice-reitora.

ausentes¹⁹; correção orçamentária e planejamento de expansão universitária, sobretudo a finalização de obras, a criação de polos universitários em outras cidades e a construção de um curso de Medicina e de um centro de atendimento em saúde, razão pela qual se intentara justificar a presença de V.

À época, pudemos perceber, e em parte compartilhar, da crença de que a permanência do mesmo quadro no comando da instituição em um período tão crítico seria importante para garantir a estabilidade. As tentativas do reitor em adotar uma posição de “centro”, articulando-se externamente tanto com lideranças de esquerda quanto de direita, parecia ser o caminho possível no contexto de polarização. No entanto, seja através das disputas no Consuni – cujos entraves nas reuniões eram denunciados por acusações mútuas entre oposição e situação – seja pelos comentários, em redes sociais e e-mails institucionais, a percepção alimentada era a de continuidade de uma gestão ilegítima. O que mais se ouvia pelos corredores da universidade e em conversas com nossos/as interlocutores/as era que era inaceitável uma gestão superior branca, e, portanto, que não foi indicada pelo movimento negro nacional, sem nenhuma vinculação orgânica com os partidos de esquerda, especialmente com o PT²⁰, e sem a participação de africanos/as nas chefias das Pró-Reitorias.

Ao mesmo tempo, a questão da não aprovação do Estatuto mantinha-se em litígio. Por um lado, a gestão asseverava haver esforço para a aprovação do texto, mas ele estaria “parado” no MEC por razões alheias à vontade do reitorado. Por outro, a oposição enxergava nessas justificativas uma estratégia para VI se manter no poder, o que, por sua vez, criava um senso de urgência na disputa, posto que, caso o reitorado de então reunisse condições para aprovar o Estatuto e garantir eleições, estaria em posição bastante favorável na disputa eleitoral, dado o controle do aparato burocrático e da distribuição de postos, e principalmente caso também conseguisse cumprir metas ambiciosas e em andamento, como a criação do curso de Medicina.

¹⁹ Foi o caso do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), da regulamentação do Processo de Seleção de Estudantes Estrangeiros (PSEE) e da Comissão de Verificação e Validação de Autodeclaração (CVVA).

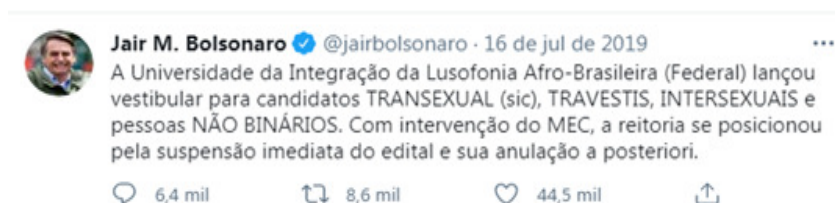
²⁰ Apesar do histórico do então reitor na militância estudantil em organizações ligadas ao PT, ele não era visto como ator vinculado organicamente ao partido.

Nesse cenário, um fator foi crucial para a “aceleração” do processo político que conduziu, por um lado, ao fim da gestão de VI e, por outro, ao início de um novo momento político na universidade: o Edital de Trans.

“Pinochet abraçado com Che Guevara”: os descaminhos da resistência e a ascensão conservadora

No dia 09 de julho de 2019, o Edital n.º 29/2019 foi divulgado pela Pró-Reitoria de Graduação da Unilab, através de seu então pró-reitor. Com base na escuta de demandas internas do movimento LGBTTTQIA+, organizado através de entidades, a exemplo do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara (CIEG Dandara), ele recebeu a anuência do reitor, pois estava em consonância com a prática de atribuir editais para vagas ociosas destinados a grupos politicamente minoritários, como quilombolas e indígenas. Tratava-se também, possivelmente, de um aceno para o apoio político do Instituto de Humanidades (IH), principal nicho de oposição política. A proposta, entretanto, resultou justamente no contrário.

O início dos problemas deriva da repercussão política externa à universidade, tendo o Edital chamado a atenção da bancada evangélica e do governo federal, na pessoa mesma do presidente Jair Bolsonaro que, uma semana após a sua publicização, manifestou-se através de um *tweet* em que confunde, propositalmente ou não, o dispositivo do edital para vagas ociosas com vestibular:



A comunidade universitária e parte da gestão, na época, receberam com surpresa a notícia. Para o reitorado, tratava-se de um recuo necessário para se evitar intervenções políticas externas ainda mais sérias. Já para a oposição, era um sinal evidente de uma capitulação ou até mesmo conivência política do

reitor à arbitrariedade do presidente em relação à autonomia universitária. Mesmo que a proposta tenha sido criada e aprovada pelo reitorado em exercício, a recusa em confrontar o governo federal foi instrumentalizada politicamente em protestos, mobilizações, ocupações e assembleias. Não eram incomuns as acusações de “transfobia”, “autoritarismo” e “fascismo” dirigidas contra os/as participantes da gestão que, em reação, afirmava haver problemas não só político-ideológicos da parte do governo federal, mas também ausência de regramentos internos que permitissem à Unilab manter a oferta do Edital, e, assim, acabou anuindo com a decisão do MEC.

Como alternativa, a reitoria propôs a abertura de um novo edital incluindo o mesmo número de vagas para todos os públicos minoritários politicamente (LGBTQTIA+, quilombolas e indígenas). A proposta foi rechaçada pelos grupos de oposição que insistiam na necessidade de editais específicos, reivindicando que isto fortaleceria a visibilidade política de cada movimento social e, portanto, a única solução possível era a retomada do mesmo edital e não a sua substituição por outro. Deu-se início, então, a uma série de manifestações que contava com a participação de estudantes, em maioria do IH, e de docentes oriundos/as de vários institutos acadêmicos como o de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Desenvolvimento Rural (IDR), mas sobretudo do IH, que alegavam estar tão somente apoiando e “na retaguarda para evitar possíveis agressões” aos/às discentes envolvidos/as. As manifestações ocorriam através da paralisação de aulas e ocupação de salas administrativas por parte do movimento estudantil, e de aulas públicas por parte de professores/as que também passaram a assumir o protagonismo nas reuniões de negociação com a gestão superior, naquele momento exercida pela então vice-reitora.

Seguidas rodadas de negociação a portas fechadas ocorreram entre gestão e manifestantes que incluía representações estudantis indígenas e quilombolas, mas, principalmente docentes cuja quantidade chegava a superar a de discentes presentes. Marcadas pela desconfiança mútua e acusações de “traição à palavra dada”, essas reuniões fechadas favoreceram o movimento

estudantil a assumir uma tática “autonomista”, sem representação política centralizada, resultando em idas e vindas das negociações devido aos questionamentos quanto à legitimidade dos/as interlocutores/as e do recurso à consulta às bases, sem um efetivo compromisso selado. Este contexto gerou mais conflitos e até denúncias administrativas, principalmente contra estudantes e professores/as, de depredação de patrimônio público, entre outras possíveis irregularidades que foram interpretadas pela oposição como perseguição política, embora o reitorado asseverasse apenas ter recebido e encaminhado denúncias da própria comunidade universitária.

Somando-se à recalcitrância dos/as manifestantes em exigir a volta do mesmo Edital, já cancelado, não aceitando nenhuma outra possibilidade, a situação foi agravada pelo que a oposição considerou demora e menosprezo do reitor em não cancelar suas férias e retornar para resolver a situação, deixando “a questão ser solucionada por uma vice-reitora”. Quando finalmente de seu retorno, uma comissão de docentes, técnicos e estudantes foi formada para uma tentativa de abrandamento das tensões que, no entanto, mostrou-se ineficaz, pois, do ponto de vista da gestão superior, diante da resistência na desocupação, seria necessária a ação externa da Polícia Federal para restaurar a ordem. A ação acabara ocorrendo, sendo recepcionada em ato público por um grupo de estudantes, técnicos e docentes, e resultando na desocupação dos prédios administrativos.

O processo de “retorno à normalidade”, entretanto, não significou o fim das movimentações. Em assembleias, reuniões com assessorias jurídicas e sindicatos docentes, reuniam-se as principais lideranças de oposição ainda no sentido de uma visibilidade política à pauta do Edital de Trans, mas também da aprovação do Estatuto e realização de eleições. Apesar do ganho tático da oposição com o ajuizamento de uma ação civil pública requerendo uma indenização de R\$ 1 milhão por dano moral coletivo, ao final, o Edital não foi retomado, sob a alegação de necessidade de ajustes normativos.

Ocorriam, ao mesmo tempo, movimentações “subterrâneas” ou de bastidores, que somente pouco a pouco tornaram-se conhecidas através de

“conversas de corredor” nos meses seguintes. Comentava-se a possibilidade de nomeação de novo(a) reitor(a) ou mesmo de uma subordinação ou anexação da Unilab à UFC. Outros, jocosamente, alertavam sobre a existência de um “golpe evangélico” em curso a partir da iniciativa de docentes da própria Unilab que supostamente estariam em reuniões e tratativas paralelas junto à bancada evangélica e ao MEC, ainda sob a chefia de Abraham Weintraub.

O objetivo dos encontros, pelos relatos ouvidos, era o de habilitar nomes, através de negociações internas com integrantes de fora e de dentro da própria Unilab, para a composição de um novo reitorado. Nos registros da agenda dos dirigentes do MEC, é possível localizar, pelo menos, dois desses encontros no mês de fevereiro de 2020 e que contaram com a presença de VII e VIIa. Solicitadas pelo deputado federal cearense da bancada evangélica, “Dr.” Jaziel, essas reuniões ocorreram sob denominações diferentes: uma, no dia 06/02 e referida como “Comissão da Educação”, teve a participação de VIIa e, ao que consta, ocorreu com a presença do próprio Weintraub. A segunda reunião, no dia 19/02 e denominada “Alinhamento Político”, contou com a participação de VII, mas, ao que parece, realizada pela assessora especial do MEC e sem a presença do ministro. Houve ainda uma terceira reunião, também de “Alinhamento Político”, mas desta feita ocorrida em março, aparentemente realizada para finalmente nomear VII cujo nome, ladeado pelo de sua esposa, figura pela primeira vez nos registros das reuniões como reitor²¹ (MEC, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d).

Neste contexto, VI passou a ser, pela direita, acusado de esquerdista/petista alinhado à “ideologia de gênero” e, pela esquerda, denunciado por suas alianças com a direita no Ceará, supostamente comprovadas pela existência de fotos que circulavam em redes sociais, de seus

²¹ Importa registrar que, entre integrantes da gestão de VI e VIa, já corriam boatos de que essas reuniões com o MEC em que VII e VIIa participavam como representantes da Unilab datavam, na verdade, desde, pelo menos, novembro de 2019. Registradas na agenda de dirigentes do MEC, contudo, as presenças de VII e de VIIa só aparecem a partir de fevereiro de 2020. Antes disso, o que localizamos foi a realização da palestra “Educação Clássica no Brasil e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB” também solicitada por “Dr.” Jaziel e que contou com a participação de membros da *Classical Conversations*, organização proselitista de educação domiciliar cristã (em seus próprios termos: uma “comunidade clássica cristã”). Cf. MEC, 2019; CLASSICAL CONVERSATIONS, 2022.

encontros com lideranças políticas ligadas ao presidente Bolsonaro. Apesar da descrença que quadros da gestão mantinham acerca destes boatos, no mês de março de 2020, foi anunciada a saída de VI e VIa e a nomeação de VII e VIIa, respectivamente reitor e vice-reitora. A maior parte da comunidade acadêmica foi tomada de surpresa, tanto por serem docentes pouco conhecidos quanto pela repercussão de suas declarações na imprensa. Tendo despachado normalmente de seu gabinete até o dia 10 de março de 2020, o então reitor *pro tempore* foi exonerado entre os dias 10 e 11, quando o decano do Consuni assumiu o exercício da reitoria.

No mesmo dia, 11 de março, a mídia local e nacional já noticiava a mudança brusca na composição do reitorado da Unilab, a exemplo do portal G1 que estampava a manchete: “De origem cigana pastor nomeado reitor da Unilab promete diálogo em gestão democrática e transitória” (RIBEIRO, 2020a). Segundo a reportagem, os movimentos políticos realizados em favor da destituição do reitor anterior foram articulados pelo deputado federal e pastor Jaziel Pereira e por sua esposa, a deputada estadual Silvana Oliveira²², também evangélica. Essas revelações foram confirmando o argumento dos que viam a retirada “à força de canetada” do reitor VI como um “golpe evangélico” - em razão, também, do fato de que a atual reitoria é capitaneada por dois evangélicos, no caso de VII, ele é inclusive “pastor titular da Igreja Batista do Calvário, no Bairro Cidade dos Funcionários, em Fortaleza” (RIBEIRO, 2020a), tendo sido apontado recentemente como um dos integrantes do chamado “tribunal ideológico do Enem” (SALDAÑA, 2021).

Comungando do mesmo entendimento de seus padrinhos políticos, VII, em outras aparições midiáticas, gosta de se apresentar como cigano, pastor e crítico aos Estudos de Gênero, por ele descritos como “ideologia de gênero” “não científica” (RIBEIRO, 2020b). Na Unilab, de início ele se esforçou em negar suas intenções de se candidatar a reitor: o seu interesse seria puramente o de garantir a aprovação do Estatuto, o que possibilitaria a realização de

²² A deputada estadual “Dra” Silvana, médica de profissão, é uma fervorosa antipetista que se elegeru prometendo varrer o feminismo e o que ela chama de “ideologia de gênero” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2018).

eleições. No entanto, em seus discursos, VII demonstrava manejar uma tática de legitimação e consolidação na política da universidade que utilizou posteriormente durante a campanha eleitoral ao reivindicar-se também como alguém, política e historicamente, minorizado no Brasil, e em especial no Ceará.

Situado em uma universidade onde o diálogo com as diversas identidades étnicas e de gênero é crucial para se manter no jogo político, ao acionar a sua identidade cigana, não parece que ele esteja apenas buscando dar a merecida visibilidade a este grupo, conforme alega; ao mesmo tempo, essa prática pode ser entendida como uma forma por ele encontrada de se colocar como “um igual entre os iguais”, tão negro quanto africanos/as e afrodescendentes brasileiros/as e, portanto, a partir daí forjar um senso de solidariedade e pertencimento a uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008), onde seus/suas integrantes devem necessariamente sublimar diferenças de classe, de origem e quaisquer outras que possam trazer fraturas internas ao grupo.

Adicionalmente, ele ainda se esforça por se retratar como alguém que, mesmo pastor de uma denominação religiosa evangélica, se pautará pelo profissionalismo e assim, não permitirá que questões pessoais prevaleçam em relação as suas novas funções (RIBEIRO, 2020b). Ambos os descritores auto impingidos podem ser interpretados, na verdade, como um artifício político adotado em favor, se não do apagamento, ao menos do ofuscamento de suas vinculações profundas com o governo de Jair Bolsonaro, visto, de modo hegemônico, pela comunidade universitária da Unilab como experiência modelar da *necropolítica* (MBEMBE, 2016).

Com isto, observa-se que, no contexto de crise advindo do cancelamento do Edital de Trans, a tentativa de estabilidade administrativa baseada em uma legitimidade tecnocrática e em uma posição de “centro” não resultou eficaz, abrindo espaço para a consolidação de uma estratégia “outsider” que, para ser compreendida, é preciso retomar tanto os erros táticos da gestão de VI na

escolha de aliados/as, quanto a história de como ocorreu a ascensão de uma ala de direita conservadora no interior da Unilab.

VII e VIIa são docentes vinculados ao Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) da Unilab. O primeiro, professor recente na instituição e pouco conhecido; a segunda, professora desde 2013 e ex-diretora do ILL. É significativo o fato de ambos pertencerem ao mesmo instituto cuja origem remete à uma cisão no interior do antigo Instituto de Humanidades e Letras (IHL), ocorrida em 2018. No contexto em que se deu essa divisão, entre as problemáticas principais estava a desigualdade de representatividade de docentes formados em Letras e Linguística que se viam sempre em menor número para pautar decisões frente ao maior número de docentes formados/as em outras áreas das Humanidades, quase sempre vitoriosos/as sobre temas de discussão e aspectos pedagógicos, em geral voltados à africanidade, negritude e questões de gênero. Naquele contexto, portanto, a criação do ILL, ao que consta, representou tanto uma busca de autonomia institucional e disciplinar, como um posicionamento mais à direita em relação aos temas fundantes da Unilab.

Ao longo de sua estruturação, o ILL sofreu com a falta de aparato institucional e de gratificações vinculadas aos postos de coordenação e direção. Sob tais condições, ele foi dirigido por VIIa que, em sua atuação, buscou participar das dinâmicas da gestão com vistas a consolidar o Instituto e solucionar estes e outros problemas. A solução veio justamente de VI que, vislumbrando consolidar aliança com o único Instituto não contemplado por chefias em pró-reitorias da universidade, decidiu por reestruturar a Pró-Reitoria de graduação, liberando assim um código de gratificação por cargo para a direção do ILL.

O arranjo, no entanto, ao que parece, não foi suficiente para as necessidades e os interesses do grupo que se articulava politicamente no ILL e que enxergou, nos conflitos entre as duas principais redes de coalizão, uma maneira de se apresentar como politicamente viável para a direção da universidade. Um passo fundamental, nesse sentido, foi a atenção concedida

por parte deste grupo aos/às docentes africanos/as, estratégia que no caso de VI, foi ignorada tanto quanto nas gestões anteriores, permitindo, assim, um campo aberto para a composição de alianças.

Uma vez na reitoria, ainda como *pro tempore*, VII e VIIa acenaram para acordos de composição de Pró-reitorias e comissões com os/as docentes africanos/as, incluindo alguns/mas que, no passado, haviam sido francos/as colaboradores/as da rede do IH ao terem até mesmo composto chapa na consulta informal. O recente alinhamento à mais nova gestão *pro tempore* evidenciou uma ruptura: a de que docentes africanos/as já não aceitariam as antigas alianças e haviam decidido adotar uma posição cada vez mais autônoma e pragmática, o que será observado com mais nitidez no contexto das eleições.

À esta altura, é possível imaginar que o grupo do ILL, mesmo com articulações externas e internas, teria dificuldades com os/as docentes engajados/as em movimentos de reivindicação (LGBTQTQIA+, negras, indígenas e quilombolas), bastante mobilizados/as desde o cancelamento do Edital de Trans e interessados/as na direção da reitoria. No entanto, afora uma nota de repúdio da ADUFC – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará²³ e críticas internas pontuais de docentes que estiveram de alguma forma em diálogo ou atrelados/as à antiga gestão, não houve protestos, mobilizações, campanhas nem assembleias. A abertura da nova reitoria para composição dos postos administrativos e a promessa de gestão transitória, com aprovação do Estatuto e organização de eleições, poderiam ser uma explicação para o arrefecimento dos ânimos. No entanto, não é suficiente para explicar, uma vez que são promessas reiteradas por todas as gestões anteriores.

Nenhuma explicação é possível sem constatar o fato de que se respirava, na universidade, um clima de apreensão diante das possíveis sanções disciplinares ou mesmo do encaminhamento de denúncias contra docentes e estudantes nas gestões de V e VI, que, já nos meses anteriores, tramitavam não apenas na corregedoria da universidade, mas também na Polícia Federal. O foco

²³ Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará. Cf. <http://adufc.org.br/2020/03/12/nota-de-repudio-nomeacao-de-reitor-ataca-unilab-e-a-propria-essencia-da-universidade/>

da atenção recaia, portanto, nas mediações internas envolvendo reitoria, ADUFC, Ministério Público Federal e Polícia Federal contra o que parte da comunidade universitária considerava perseguição política, que, aparentemente, a nova reitoria soube aproveitar (ADUFC, 2020). De acordo com a ADUFC, o conjunto de denúncias foi considerado nulo e abusivo por falta de materialidade e outras tecnicidades necessárias, resultando em insatisfação do corregedor, ainda em exercício, que, sob pressão, resolveu pedir exoneração do cargo e da universidade.

Simultaneamente, no âmbito interno, o reitorado conseguia agregar um número cada vez maior de apoios, agora também no antigo reduto oposicionista, o IH. Docentes, sob os/as quais anteriormente pesavam denúncias e ameaças de sanções, demonstraram grande disponibilidade na liderança de trabalho coletivo na prometida tarefa de última revisão do Estatuto para a sua devida aprovação e organização de eleições. A aprovação do documento junto ao MEC demonstraria tanto a capacidade de cumprir promessas, como insinuava a tese de que ele não fora aprovado anteriormente como estratégia de manutenção no poder (mesmo que, no caso da última gestão, tenham sido apresentados documentos comprobatórios de envio da documentação ao MEC).

A organização das eleições, ao longo do primeiro trimestre de 2021, mobilizou a comunidade acadêmica e definiu os contornos da situação atual, com a conversão simbólica da imagem de “golpista evangélico” para a de “cigano pastor democrático”. Ausente das duas últimas gestões de perfil mais tecnocrático, a disposição para a política como tarefa de confrontação, mas também de negociação, conciliação e criação de novos pactos, foi um elemento crucial que se traduziu em uma nova forma de comunicação: aproveitando-se do longo período de pouca disposição ou inapetência para o diálogo entre as antigas gestões e a comunidade universitária, o representante da bancada evangélica passou a dialogar intensamente com grupos de estudantes, técnicos e docentes, sempre aberto ao diálogo, no sentido de desfazer a percepção acerca do caráter religioso da sua atuação – e favoreceu a aglutinação daqueles com perfil moderado, evangélicos ou não. Além disso, o contexto desfavorável da

pandemia de COVID-19 tornou-se, na verdade, uma oportunidade, posto que dificultara a mobilização da comunidade universitária e favoreceu a necessidade de somar forças em torno de medidas urgentes.

Articulada à nova forma de comunicação, houve, aparentemente, a distribuição de postos em retribuição a acordos, de maneira a satisfazer descontentes, inclusive aqueles/as de esquerda que agitavam bandeiras contra a gestão anterior. Ao que parece, a ideia de mandato provisório de um ano foi uma maneira de dar tempo ao trabalho coletivo de convencimento e acomodação, com expectativas e possibilidades de composição de chapas que oferecessem saída para um cenário em que todos/as pudessem estar associados/as em uma futura gestão. Esse processo de construção de base política foi especialmente eficaz em gerar adesão de um grupo que, até então, não atuava de forma orgânica: o grupo dos/as docentes africanos/as. Sempre atrelado de maneira estratégica para legitimar candidaturas de esquerda (com um branco na cabeça de chapa), este grupo passou a agir de forma independente, o que ocasionou a natural separação de chapa entre brasileiro e africana vencedora da consulta informal. O processo ocasionou também um desarranjo e cisão entre aliados/as da antiga gestão em participar da eleição.

Criou-se, dessa maneira, uma situação *sui generis*: uma eleição sem candidatos/as brancos/as, em que negritudes brasileiras e africanas disputavam entre si; em que docentes das Humanidades (IH) e Letras (ILL) disputavam sem concorrência dos outros institutos; em que docentes e estudantes africanos/as apoiavam o representante da bancada evangélica, contra a chapa do movimento negro brasileiro, lançada com representantes sem peso político para angariar apoio em toda a universidade. A campanha - em meio a acusações de plágio, racismo, transfobia, intolerância religiosa e “boca de urna” por meio de “disparo” de mensagens para telefones celulares de votantes - foi marcada especialmente pelo engajamento de docentes e estudantes africanos/as nas redes sociais, onde manifestavam confiança em quem finalmente teria cumprido com a promessa de aprovação do Estatuto e organização de eleições, bem como convocado os/as africanos/as a participar da gestão universitária ocupando as

chefias de três importantes Pró-Reitorias: a de Relações Institucionais e Internacionais (Prointer), a de Extensão (Proex) e a de Graduação (Prograd).

Com a vitória da coalizão de VII e VIIa, composta por evangélicos/as, africanos/as e burocratas de setores baixos e médios, parte de docentes e estudantes vinculados/as ao IH e ao movimento negro brasileiro²⁴ que não havia ainda se inserido na nova gestão desde quando ela era *pro tempore*, passou a se inserir alegando a legitimidade conferida pela eleição. Entre os/as que escolheram ocupar cargos na gestão de VII e VIIa, não raro, é acionada uma justificativa pretensiosa que se auto imputa um dever salvacionista do tipo: “É claro que esta não é a reitoria ideal, mas na ausência de outra melhor, eu não posso me omitir, tenho que ocupar os cargos e evitar que o pior aconteça” ou ainda “Se não for eu a ocupar a Pró-Reitoria X, quem ocuparia? Alguém que possa verdadeiramente arruinar o ‘Projeto Unilab’? Não posso deixar”. Logo, o que se percebe é a reedição do mesmo pânico moral no meio acadêmico, sustentado de tempos em tempos, de que a Unilab correria o risco de ser fechada ou anexada à UFC, como *campus* avançado, sendo, portanto, preciso aceitar a situação vigente.

Com a vitória de VII e VIIa, ao que parece, a comunidade acadêmica entendeu que, no atual contexto político, a melhor solução seria escolher uma gestão alinhada com a bancada evangélica para negociar com o governo Bolsonaro e gerir a potencial crise dos anos seguintes, servindo, possivelmente de “escudo” e ao mesmo tempo “abrigo” para, em caso de mudança dos ventos políticos, ter condições de navegar à esquerda. Nesse sentido, o figurino do “pastor cigano democrático” apoiado por africanos/as já se torna um trunfo antecipado, caso um governo de esquerda assumira o poder em 2023.

O futuro dessa estratégia, entretanto, pressupõe algumas contradições. A primeira foi a ausência de reivindicações pela retomada do Edital de Trans ou de qualquer outro edital específico, e a aceitação pacífica da vigência de editais

²⁴ Essa inserção foi favorecida por não existir na Unilab um movimento negro unificado entre docentes, técnicos e estudantes. Embora se identifiquem entre si e flirtem com reivindicações assemelhadas, os/as docentes negros/as na Unilab não se congregam em um único coletivo e nem sempre agem de maneira coesa. A diversidade de interesses individuais e de procedência nacional e regional, com certeza, é um fator que contribui para essa dispersão.

genéricos para todos os grupos minoritários (UNILAB, 2021), inclusive pessoas Trans, a mesma proposta anteriormente recusada enfaticamente pelos/as manifestantes; já a segunda, liga-se às repercussões da adesão ao governo Bolsonaro: como se pôde constatar na visita do seu ministro da educação, Milton Ribeiro, às universidades federais cearenses em agosto de 2021, a reação foi de descontentamento (ADUFC, 2021). Na Unilab, apesar de protestos pontuais, a acolhida ao ministro foi saudada por representantes da atual gestão como um sinal de respeito à Unilab. Na fala da ex pró-reitora de graduação, defensora convicta da chamada *Pretagogia*: “pela primeira vez, alguém atendeu ao nosso chamado [...] o MEC está atento às nossas vivências. O MEC escuta, entende e chega até nós” (LIMA, 2021). Concretiza-se, nesse sentido, o vínculo entre duas concepções supostamente tão díspares em política e teoria educacional: a “pretagogia afrocentrada” e o combate à “ideologia de gênero”.

A terceira contradição consiste no risco de se confundir uma gestão efetivamente democrática e inclusiva com a estratégia do *tokenismo* (JENNINGS, 2004)²⁵, pois a manipulação de signos de identidade cigana, africana e indígena tornou-se uma política de gestão desde a montagem do reitorado e da campanha eleitoral. Esse aspecto convoca especialmente à responsabilidade e autonomia da comunidade universitária na demonstração prática e efetiva do incremento do “Projeto Unilab”.

Considerações finais

Após dez anos de existência, não se pode negar os aspectos positivos da Unilab, que estão presentes na formação de quadros com potencial para o desenvolvimento local e para criação de oportunidades de inserção no mercado produtivo, nos setores administrativos e na sociedade civil organizada aos movimentos ligados à educação, ciência e tecnologia no Brasil e nos países africanos, dado o elevado número de licenciados/as e bacharéis/elas

²⁵ Prática de recrutamento de indivíduos representativos de grupos sub-representados, no sentido de dar aparência de inclusão e igualdade racial ou de gênero em uma organização, mas sem mudança substantiva nas práticas e na cultura interna.

formados/as e que retornam a seus países de origem ou seguem pós-graduação dentro e fora do país. Não se pode negar também o conjunto de produções em pesquisa, extensão e atividade de docência criado na Unilab, e seu efeito concreto e potencial sobre o mercado de trabalho local. A Unilab produziu uma nova dinâmica social, política e cultural nas cidades onde ela está presente.

Mas, ao mesmo tempo, não se pode desprezar as promessas não cumpridas: problemas estruturais nas cidades e nos *campi* inacabados; falta de moradia docente e estudantil; problemas na assistência aos/às estudantes e na seleção de estudantes africanos/as; quantitativo não satisfatório de estudantes, docentes e técnicos africanos/as; ausência de intercâmbio entre os *campi* do Ceará e da Bahia; inexistência de dupla titulação entre países; falta de "harmonização" entre os interesses dos países parceiros e os cursos criados na instituição²⁶ - o que nos faz questionar também sob quais critérios foram escolhidos os cursos da instituição, o quanto atenderam não somente à demandas de desenvolvimento local e internacional, mas à reprodução endógena do mercado docente durante a expansão universitária.

Para explicar estas incompletudes, a comunidade universitária costuma remeter a argumentos como a xenofobia, o racismo institucional e os privilégios da branquitude. Estas são dimensões inegáveis do cotidiano universitário e devem ser problematizadas e combatidas; mas, os argumentos funcionam mais das vezes como instrumento de luta direcionado à oponentes políticos, e não explicação, deixando de lado a complexidade das conjunturas e eliminando qualquer corresponsabilidade.

No presente artigo, analisamos as redes de coalizão que fizeram da Unilab um campo de disputas e pudemos demonstrar como o seu desenvolvimento foi afetado pelo adiamento das pré-condições normativas para a autonomia pedagógico-administrativa e para o exercício da democracia. De

²⁶ Em 2021, por exemplo, em correspondência oficial trocada entre a atual gestão e a embaixada de Guiné-Bissau para definir preferências de formações a serem desenvolvidas no Brasil, o governo do país africano sugere como estratégicos para seus planos os cursos de Cartografia, Geografia, Geodésia, Geofísica e Geologia, Engenharias, Engenharia Agronômica e Mecatrônica. Com exceção do curso de Engenharia de Energias, nenhuma destas graduações está implementada na Unilab.

maneira evidente, a aprovação do Estatuto e a organização das eleições foram prejudicadas pela maneira como grupos tiveram como alvo central o acesso e a apropriação do monopólio dos postos de comando da universidade.

Isso nos permite problematizar, à guisa de conclusão, por qual razão uma “universidade-irmã” como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), criada também em 2010, conseguiu aprovar o seu Estatuto já em 2012, e a Unilab apenas em 2020, dez anos após sua fundação, mesmo havendo, durante esse período, quatro reitorias vinculadas organicamente ao movimento negro brasileiro e ao PT durante os governos Lula e Dilma. Mesmo que a aprovação do Estatuto não signifique eleições imediatas - a exemplo da mesma Unila, que teve seu primeiro reitor eleito apenas em 2018 -, ela teria permitido a legitimação da consulta informal realizada em 2016 e não haveria oportunidade para os inúmeros conflitos que conduziram à perda de autonomia universitária em relação ao campo político, com a ascensão de uma reitoria aliada ao governo Bolsonaro.

Uma comunidade universitária que se pretenda crítica e decolonial necessita também voltar os olhos para si mesma e refletir sobre suas contradições, sem reiterar o exercício autoindulgente de uma *illusio* que atribui apenas aos oponentes as responsabilidades pelos problemas que a desafiam a tornar-se mais que um projeto, uma verdadeira universidade da integração.

Referências

ADUFC SINDICATO. **A Educação Resiste!** 06 de agosto de 2021. Disponível em: [A EDUCAÇÃO RESISTE! – Ministro é recebido com protestos da comunidade acadêmica no campus da UFC em Itapajé - ADUFC-Sindicato](#). Acesso: 21 out. 2022.

ADUFC SINDICATO. **Perseguição na Unilab** – ADUFC reforça apoio a professores acusados em Processos Administrativos Disciplinares (PADs). 30 de setembro de 2020. Disponível em: <http://adufc.org.br/2020/09/30/perseguiçao-na-unilab-adufc-reforca-apoio-a-professores-acusados-em-processos-administrativos-disciplinares-pads/>. Acessado em 24 out. 2022.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Dra. Silvana se posiciona contra movimentos feministas**. Assembleia Legislativa do Ceará.

04 de setembro de 2018. Disponível em: [Dra. Silvana se posiciona contra movimentos feministas \(al.ce.gov.br\)](https://al.ce.gov.br). Acesso: 21 out. 2022.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOZA, Edson; MARIZ, Silvana. Direitos Humanos e Currículo Transnacional: os desafios da licenciatura em História da Unilab. **Revista História Hoje**, v. 9, n.17, p. 80 – 109, 2020. Disponível em: <https://1library.org/document/y9d14xjq-direitos-humanos-curriculo-transnacional-desafios-licenciatura-historia-unilab.html> Acesso: 21 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Cambridge/Oxford: Polity Press, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Lei Federal n.º 12289, de 20 de julho de 2010**. Disponível em: [L12289 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br). Acesso: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal n.º 12990, de 09 de junho de 2014**. Disponível em: [L12990 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br). Acesso: 21 out. 2022.

CLASSICAL CONVERSATIONS. **Comunidade Clássica Cristã, nossa história**. 2022. Disponível em: [Nossa História \(classicalconversations.com.br\)](https://classicalconversations.com.br). Acesso: 23/10/2022.

JENNINGS, James. Tokenism. In: CASHMORE, Ellis (Org.). **Encyclopedia of race and ethnic studies**. New York: Routledge, 2004.

LIMA, Manolita et al (org.). **Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas**. Blumenau: Edfurb, 2021

LIMA, Soraya. **Nova reitoria da Unilab, eleita democraticamente, toma posse com a presença do Ministro da Educação**. 06 de agosto de 2021. Disponível em: [\[Dia histórico\] Nova reitoria da Unilab, eleita democraticamente, toma posse com a presença do Ministro da Educação](#). Acesso: 21 out. 2022.

MACHADO, Fernanda. **Nota de repúdio da ABE-África às determinações da reitoria da Unilab**. 21 de julho de 2017. Disponível em: [NOTA DE REPÚDIO DA ABE-ÁFRICA ÀS DETERMINAÇÕES DA REITORIA DA UNILAB \(linkedin.com\)](https://www.linkedin.com). Acesso: 21 out. 2022.

MALOMALO, Basi'lele. Desafios da gestão multicultural numa universidade internacional: o caso da Unilab. **Tensões Mundiais**, v. 14, p. 75-100, 2018.

Disponível em: [Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional | Tensões Mundiais \(uece.br\)](#). Acesso: 21 out. 2022.

MARIZ, Silviana e SOUSA, Melânia. Cooperação Sul – Sul: uma visão sobre as relações Brasil – Angola no campo da educação superior (2010 – 2020). **Revista AbeÁfrica**, v. 4, n. 4, p. 89 – 116, abril de 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/39980>. Acesso: 21 out. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123 – 151, 2016. Disponível em: [Necropolítica | Mbembe | Arte & Ensaios \(ufrj.br\)](#). Acesso: 21 out. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Agenda do Ministro da Educação**: Abraham Weintraub, 27/11/2019. 2019. Disponível em: [Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso: 23/10/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Agenda do Ministro da Educação**: Abraham Weintraub, 06/02/2020. 2020a. Disponível em: [Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso: 23/10/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Agenda do Ministro da Educação**: Abraham Weintraub, 19/02/2020. 2020b. Disponível em: [Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso: 23/10/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Agenda da Assessora Especial**: Shismênia de Oliveira, 19/02/2020. 2020c. Disponível em: [Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso: 23/10/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Agenda do Ministro da Educação**: Abraham Weintraub, 12/03/2020. 2020d. Disponível em: [Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso: 23/10/2022.

MONTEIRO, Artemisa; LIMA, Ivan (Org.). **Unilab 10 anos: experiência, desafios e perspectivas**. Fortaleza: Impreco, 2021.

RIBEIRO, Germano. De origem cigana, pastor nomeado reitor da Unilab promete diálogo em gestão democrática e transitória. **Portal G1**. 11 de março de 2020a. Disponível em: [De origem cigana, pastor nomeado reitor da Unilab promete diálogo em gestão democrática e transitória | Ceará | G1 \(globo.com\)](#). Acesso: 21 out. 2022.

RIBEIRO. ‘Não vou transformar a Unilab em uma igreja’, diz pastor nomeado reitor por Governo Bolsonaro. **Jornal Diário do Nordeste**. 11 de março de 2020b. Disponível em: ['Não vou transformar a Unilab em uma igreja', diz pastor nomeado reitor por Governo Bolsonaro - Política - Diário do Nordeste \(verdesmares.com.br\)](#). Acesso: 21 out. 2022.

SALDAÑA, Paulo. Perfil de membros do "tribunal ideológico do ENEM" preocupa funcionários do MEC. **Jornal Folha de São Paulo**. 18 de junho de 2021. Disponível em: [Perfil de membros de 'tribunal ideológico' do Enem preocupa funcionários do MEC - 18/06/2021 - Educação - Folha \(uol.com.br\)](#). Acesso: 21 out. 2022.

UFC. **Unilab**: um apelo à moderação e à convivência democrática. 10 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2017/9890-unilab-um-apelo-a-moderacao-e-a-convivencia-democratica>. Acesso: 12 mar 2022.

UNILAB. **Diretrizes Gerais**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

UNILAB. **Reitor da Unilab manifesta posicionamento sobre eleição, paridade e reforma do Estatuto**. 17 de maio de 2016. Disponível em: [Reitor da Unilab manifesta posicionamento sobre eleição, paridade e reforma do Estatuto](#). Acesso: 21 out. 2022.

UNILAB. **Unilab divulga nota sobre protesto e assistência estudantil**. 11 de julho de 2017. Disponível em: [Unilab divulga nota sobre protesto e assistência estudantil](#). Acesso: 21 out. 2022.

UNILAB. **Resolução CONSUNI/Unilab n.40**, de 20 de agosto de 2021.

UNILAB. **Unilab em números**. Disponível em: [Unilab em Números](#). Acesso: 24/10/2022.

VERTICAL. Indicação de Anastácio Queiroz para Unilab teve o aval de Tasso. **Jornal O Povo**. 08 de março de 2017. Disponível em: [Indicação de Anastácio Queiroz para a Unilab teve o aval de Tasso | Coluna Vertical | O POVO Online](#). Acesso: 21 out. 2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, Brasília: UnB, 1999.

Recebido em: 13 de março de 2022

Aceito em: 20 de outubro de 2022